



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Av. Visconde do Rio Branco, 3900, - Bairro Fátima, Fortaleza/CE, CEP 60055-304
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.ibama.gov.br>

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90001/2026

Processo nº 02007.002912/2025-48

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(193104)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de rações e gêneros alimentícios em geral, de forma parcelada, dependendo da demanda, para nutrição dos animais do CETAS/CE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 671.807,58 (seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **16/03/2026** às **09:00h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026.

Torna-se público que o(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio do(a) Equipe de Apoio à Licitação e Contratos - CE, sediado(a) Avenida Visconde do Rio Branco, nº 3900, Bairro Fátima, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de rações e gêneros alimentícios em geral, de forma parcelada, dependendo da demanda, para nutrição dos animais do CETAS/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

- 5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01(um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para

apresentar lances intermediários.

- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos

demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de

produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (DUAS) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital, podendo também ser solicitado via e-mail: nucomp.ce@ibama.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10(DEZ) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência,

multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail **nucomp.ce@ibama.gov.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Termo de Ciência e Concordância

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

(assinado eletronicamente)

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE ALENCAR
Superintendente Substituto do IBAMA no Ceará



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALEXANDRE GOMES DE ALENCAR**, **Superintendente Substituto**, em 03/03/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **26417570** e o código CRC **4B71C63E**.

IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/CE

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	193104-IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/CE	WALTER DOS SANTOS CARVALHO	03/03/2026 14:51 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	39/2026	02007.002912/2025-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de rações e gêneros alimentícios em geral, de forma parcelada, dependendo da demanda, para nutrição dos animais do CETAS/CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - RAÇÕES							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL (1 ANO)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Ração para psitacídeos de grande porte (araras e papagaio) – ração extrusada. Características: milho integral moído, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, polpa cítrica, fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungioestático, adsorvente de micotoxinas (silicatos), prebiótico (mananoligossacarídeos), l lisina, bht, corante natural e aditivo flavorizante.	366200	Pacote de 12 Kg	MENSAL	90	R\$ 459,07	R\$ 41.316,30

2	Ração para psitacídeos de médio porte – ração extrusada (maricata e periquitos) características: milho integral moído, quirela de arroz, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, farelo de polpa cítrica fosfato bicálcico, calcário calcítrico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungistático (ácido propiônico), aditivo adsorvente (glucomanos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeos), corante natural de cúrcuma, aditivo flavorizante de frutas e antioxidante (bha).	366200	Pacote de 12 Kg	MENSAL	90	R\$ 510,52	R\$ 45.946,80
3	Ração para pássaros, tipo galo campina – ração em grãos. Características: alpiste, arroz, farelo de castanha de caju, níger, milheto, painço, milho integral moído e farelo de soja.	218097	Saco de 10 Kg	MENSAL	100	R\$ 260,00	R\$ 26.000,00
4	Ração pra pássaros (graúna) – ração em grãos. Características: arroz, óleo vegetal, farelo de castanha de caju, premix vitamínico mineral, farelo de bolacha, milho integral moído, grão de amendoim, farelo de soja e aveia.	218097	Saco de 10 Kg	MENSAL	50	R\$ 210,00	R\$ 10.500,00
5	Ração para filhotes de cães – ração extrusada. Farinha de vísceras de frango, farelo de glúten de milho 60*, ovo desidratado, proteína isolada de suíno, milho integral moído*, quirela de arroz, polpa de beterraba, gordura de frango, óleo de peixe, gordura suína, ácido propiônico, antioxidantes BHA e BHT, cloreto de potássio, cloreto de sódio, hidrolisado de suíno e frango, levedura seca de cervejaria, mananoligossacarídeos (0,20%), parede celular de	454135	Embalagem De 20 Kg	MENSAL	100	R\$ 233,90	R\$ 23.390,00

	levedura, vitamina A, vitamina B12, vitamina C, vitamina D3, vitamina E, vitamina K3, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina, cloreto de colina, niacina, piridoxina, riboflavina, tiamina, cobre aminoácido quelato, ferro aminoácido quelato, iodeto de potássio, manganês aminoácido quelato, proteinato de selênio, sulfato de cobre, sulfato de ferro, sulfato de manganês, sulfato de zinco, zinco aminoácido quelato						
6	Ração para filhotes de gatos: espécie animal: gato filhote; dosagem máxima umidade: 10 perdosagem mínima proteína: 33 perdosagem mínima extrato etéreo: 9 per; dosagem máxima matéria mineral: 8,50 per; dosagem máxima cálcio: 1 per; dosagem mínima fósforo: 0,80 per; características adicionais: metionina > 0,60%, lisina >0,80% e taurina 0,10%	314546	Embalagem de 20 kg	MENSAL	15	R\$ 246,30	R\$ 3.694,50
7	Ração balanceada para Equínos – (12% peletizada), Vitamina C / Ômega 3-DHA / Vitamina E Selênio Orgânico / Cromo Orgânico Prebiótico / Probiótico	481371	Saco de 25 Kg	TRIMESTRAL	3	R\$ 195,90	R\$ 587,70
8	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Grande	253820	Saco de 40 Kg	MENSAL	125	R\$ 581,33	R\$ 72.666,25
9	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Pequeno	253820	Saco de 40 Kg	MENSAL	125	R\$ 673,33	R\$ 84.166,25
10	Alpiste	218097	Saco de 50 Kg	TRIMESTRAL	20	R\$ 714,17	R\$ 14.283,40
11	Painço	218097	Saco de 50 Kg	TRIMESTRAL	20	R\$ 395,00	R\$ 7.900,00
12	Suplementação vitamínico mineral aminoácido para alimentação animal Suplementação de aminoácidos, vitaminas, macros e microminerais para caninos, felinos, aves, répteis, mustelídeos e roedores, nutricional dos alimentos, auxiliar na suplementação nas fases críticas da criação (crescimento, desenvolvimento,	444906	Pacote de 500 g	MENSAL	24	R\$ 135,10	R\$ 3.242,40

	gestação, lactação e geriatria). Preparo de animais para exposição e melhorador da performance de cães em treinamento. Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó						
13	Farinhada para pássaros frugívoros e insetívoros: Farinha de arroz, farinha de trigo, farelo de soja, ovo desidratado, leveduras, proteína texturizada de soja, semente de níger, semente de papoula, semente de perila, óleo de soja refinado, suplemento vitamínico mineral, mel, probiótico, prebiótico, sacarose, concha de ostra em pó, sal, fosfato bicálcico, aditivo aromatizante, antioxidante.	218097	Embalagem de 600 g	TRIMESTRAL	70	R\$ 34,80	R\$ 2.436,00
14	Ração para Tucanos: Características de Milho integral moído *, arroz, farelo de soja *, farinha de víscera de frango, aveia integral, farelo de trigo, ovo desidratado, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de atum, banana verde , semente de linhaça, levedura seca de cerveja , polpa de beterraba, calcário calcítico, óleo de soja refinado *, óleo de girassol, mananoligossacarídeos , beta -glucanas, probióticos (Saccharomyces cerevisiae, Enterococcus faecium, Lactobacillus acidophilus), cloreto de sódio (sal comum), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, DL-metioni- na, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio , biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, sulfato de cobre, cobre	366198	Pacote de 12 Kg	TRIMESTRAL	10	R\$ 684,25	R\$ 6.842,50

	aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganê s, manganê s aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), levedura enriquecida de selênio, beta - caroteno, luteína, corante de páprica, DL metionina , aditivo flavorizante, aditivo palatabilizante, aditivo antioxidante (BHA).						
15	Papas para filhote de psitacídeos: Características: Arroz, grão de aveia, proteína de soja micronizada*, ovo desidratado, soja integral micronizada*, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), plasma sanguíneo, dextrose, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de soja refinado*, óleo de salmão, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, farinha de alga (Schizochytrium sp), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, aditivo antioxidante, DL-metionina, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio, biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, dióxido de silício, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganês, manganês aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, betaglucanas, aditivo enzimático (lipase, amilase, protease), cloreto de sódio (sal comum), probióticos, aditivo fungistático, parede celular de leveduras, ferro quelatado, levedura enriquecida de selênio, DL-metionina, L-glutamina, luteína, betacaroteno, aditivo flavorizante,	366200	Embalagem de 06 kg	TRIMESTRAL	48	R\$ 443,70	R\$ 21.297,60

	aditivo antioxidante natural à base de extrato de alecrim.						
16	Ração para Curió: Milho integral, trigo integral, aveia integral, arroz, soja integral micronizada, ovo integral desidratado, linhaça integral, alpiste, painço alemão, painço comum, senha, painço vermelho, painço verde, painço preto, arroz cateto, cártamo, perila, sorgo branco, gergelim, erva doce, polpa de beterraba, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de girassol, mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, extrato de yucca, cloreto de colina, carbonato de cálcio, cloreto de sódio, vitamina A, betacaroteno, vitamina D3, vitamina E, vitamina K, vitamina C, biotina, ácido fólico, niacina, ácido pantotênico, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, vitamina B12, selênio, cobre, iodo, manganês, zinco, antioxidantes (BHA e BHT), aditivo probiótico, aromatizante e corante alimentícios.	366200	Embalagem de 05 Kg	TRIMESTRAL	85	R\$ 355,62	R\$ 30.227,70
17	Papa revitalizante para filhotes: Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó	366200	Embalagem de 400g	MENSAL	40	R\$ 200,33	R\$ 8.013,20
18	Papa para filhotes de pássaros: Suplemento alimentar tipo: aditivo nutricional. Ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta: ração animal, aspecto físico: pó	366201	Embalagem de 400 g	BIMESTRAL	40	R\$ 26,48	R\$ 1.059,20
19	Ração para tamandua:	366188	Embalagem de 15 Kg	SEMESTRAL	03	R\$ 747,00	R\$ 2.241,00
20	Ração para Primatas: Ingredientes: Milho Integral Moído, Farelo De Trigo, Farelo De	366192	Embalagem de 12 Kg	MENSAL	04	R\$ 886,56	R\$ 3.546,24

	<p>Espécie Animal: Primata Folívoro</p> <p>Dosagem Máxima Umidade: 12 PER</p> <p>Dosagem Mínima Proteína: 15 PER</p> <p>Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 5 PER</p> <p>Dosagem Máxima Matéria Mineral: 13 PER</p> <p>Dosagem Máxima Cálcio: 1,60 PER</p> <p>Dosagem Mínima Fósforo: 0,80 PER</p> <p>Características Adicionais: Laudo Bromatológico</p> <p>Tipo: Extrusada</p> <p>Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 15 PER</p> <p>Ingredientes Adicionais: Aveia Branca, Lignocelulose, Cloreto De Sódio,</p>						
21	<p>RAÇÃO INICIAL PINTOS CRESCIMENTO:</p> <p>Componentes: Milho Moído, Farelo: Soja, Trigo, Farinha: Peixe,</p> <p>Dosagem Mínima Proteína Bruta: 22 PER</p> <p>Dosagem Máxima Cálcio: 6,00 PER</p> <p>Dosagem Mínima Fósforo: 0,45 PER</p> <p>Características Adicionais: Matéria Fibrosa Máxima 6,00 %</p>	279822	Embalagem de 5 kg	MENSAL	24	R\$ 39,70	R\$ 952,80
22	<p>Ração Ratos Roedores e Camundongos</p> <p>Dosagem Máxima Umidade: 125,000 PER</p> <p>Apresentação: Peletizada /Irradiada</p>	311337	Embalagem 25 kg	MENSAL	08	R\$ 214,24	R\$ 1.713,92

	Componentes Vitamínicos: Vitamina, E,B2,A,D6 Aplicação: Camundongo - Crescimento/Reprodução Animal Características Adicionais: Proteína 200,000 G/Kg, Extrato Etéreo 50,000 G /Kg						
23	Feno: Composição: Feno De Capin Tifton Características Adicionais: Mínimo 14% De Proteína Bruta E 55% De Umidade Aplicação: Alimentação Animal	467060	Fardo de 10 kg	MENSAL	100	R\$ 41,37	R\$ 4.137,00
24	Leite Em Pó Origem: De Cabra Teor Gordura: Integral Solubilidade: Instantâneo	464893	Embalagem de 200g	MENSAL	80	R\$ 26,42	R\$ 2.113,60
25	Suplemento Nutricional: Complemento Adicional: Suplemento; Adicional: embalagem individual. Tipo ração úmida (tenébrios desidratados para alimentação de aves exóticas e insetívoros restritos).	361250	Embalagem de 15g	MENSAL	120	R\$ 22,49	R\$ 2.698,80
26	Alimento úmido (patê preparado para gato com pedaços)	454120	Embalagem de 85g	MENSAL	50	R\$ 3,71	R\$ 185,50
27	Néctar para beija-flor	218097	Embalagem de 150g	TRIMESTRAL	12	R\$ 27,84	R\$ 334,08
28	Ração úmida para cães e gatos Indicado para cães e gatos em recuperação ou convalescência	454120	Embalagem de 195g	TRIMESTRAL	20	R\$ 38,23	R\$ 764,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO I							R\$ 422.257,34

GRUPO 2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL (1 ANO)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

29	ABACAXI PÉROLA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464374	Unidade	SEMANAL	1.400	R\$ 8,23	R\$ 11.522,00
30	BANANA PRATA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464381	Kg	SEMANAL	6.916	R\$ 6,19	R\$ 42.810,04
31	CENOURA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463770	Kg	SEMANAL	800	R\$ 5,06	R\$ 4.048,00
32	COCO - SECO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	635148	Unidade	SEMANAL	2.500	R\$ 4,44	R\$ 11.100,00
33	COUVE MANTEIGA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	481109	Maço de 200g	SEMANAL	900	R\$ 7,36	R\$ 6.624,00
34	GOIABA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464392	Kg	SEMANAL	1.500	R\$ 6,93	R\$ 10.395,00
35	LARANJA PERA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464393	Kg	SEMANAL	1.200	R\$ 3,96	R\$ 4.752,00
36	MAÇÃ GALA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464400	Kg	SEMANAL	2.000	R\$ 10,57	R\$ 21.140,00
37	MAMÃO FORMOSA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464405	Kg	SEMANAL	6.500	R\$ 4,58	R\$ 29.770,00
38	MELANCIA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464418	Kg	SEMANAL	3.000	R\$ 2,65	R\$ 7.950,00
39	MELÃO JAPONÊS, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464421	Kg	SEMANAL	4.000	R\$ 4,75	R\$ 19.000,00
40	MILHO VERDE ESPIGA, in	463797	Unidade	SEMANAL	9.000	R\$ 2,45	R\$ 22.050,00

	natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.						
41	OVOS DE GALINHA, Grandes, tipo extra branco, classe A,	446618	Unidade	SEMANAL	5.000	R\$ 1,27	R\$ 6.350,00
42	PEPINO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463796	Kg	SEMANAL	1.000	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
43	REPOLHO BRANCO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463839	Kg	SEMANAL	60	R\$ 6,00	R\$ 360,00
44	MEL DE ABELHA	413364	Litro	SEMANAL	20	R\$ 34,71	R\$ 694,20
45	PIMENTA MALAGUETA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463922	Kg	SEMANAL	50	R\$ 74,72	R\$ 3.736,00
46	ESPINAFRE, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463824	Maços de 200 g	SEMANAL	900	R\$ 7,84	R\$ 7.056,00
47	AMENDOIM NATURA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464535	Kg	SEMANAL	300	R\$ 18,09	R\$ 5.427,00
48	IOGURTE NATURAL INTEGRAL	446707	Litro	SEMANAL	300	R\$ 13,83	R\$ 4.149,00
49	CARNE VERMELHA S/OSSO	447497	Kg	SEMANAL	400	R\$ 32,49	R\$ 12.996,00
50	PEIXE IN NATURA (SARDINHA, PIABA OU TILÁPIA, EVISCERADA, COM CABEÇA)	460857	Kg	SEMANAL	200	R\$ 18,72	R\$ 3.744,00
51	JILÓ, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463790	Kg	SEMANAL	250	R\$ 6,50	R\$ 1.625,00
52	BETERRABA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	463767	Kg	SEMANAL	200	R\$ 5,98	R\$ 1.196,00
53	VAGEM, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	481123	Kg	SEMANAL	100	R\$ 17,99	R\$ 1.799,00
54	ABÓBORA CABOTIÁ /JAPONESA, in natura, com grau de maturação que lhe permita	467424	Kg	SEMANAL	200	R\$ 5,13	R\$ 1.026,00

	suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.						
55	MANGA TOMMY, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464406	Kg	SEMANAL	250	R\$ 6,00	R\$ 1.500,00
56	SIRIGUELA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464433	Kg	SEMANAL	10	R\$ 15,99	R\$ 159,90
57	COCO BABAÇU, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464390	Kg	SEMANAL	20	R\$ 48,92	R\$ 978,40
58	CAJÁ, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464341	Kg	SEMANAL	20	R\$ 19,83	R\$ 396,60
59	PEQUI, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464353	Kg	SEMANAL	40	R\$ 27,60	R\$ 1.104,00
60	MEXILHÃO (SURURU)	454347	Kg	SEMANAL	10	R\$ 57,77	R\$ 577,70
61	BURITI APRESENTAÇÃO: NATURAL, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	474203	Kg	SEMANAL	20	R\$ 8,83	R\$ 176,60
62	ABACATE, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464372	Kg	SEMANAL	20	R\$ 13,94	R\$ 278,80
63	MURICI, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	464353	Kg	SEMANAL	15	R\$ 10,60	R\$ 159,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 2							R\$ 249.550,24

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador:			
GRUPO 1 - RAÇÕES			
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL (1 ANO)

1	Ração para psitacídeos de grande porte (araras e papagaio) – ração extrusada. Características: milho integral moído, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, polpa cítrica, fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungistático, adsorvente de micotoxinas (silicatos), prebiótico (mananoligossacarídeos), l lisina, bht, corante natural e aditivo flavorizante.	Pacote de 12 Kg	90
2	Ração para psitacídeos de médio porte – ração extrusada (maricata e periquitos) características: milho integral moído, quirela de arroz, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, farelo de polpa cítrica fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungistático (ácido propiônico), aditivo adsorvente (glucomanos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeos), corante natural de cúrcuma, aditivo flavorizante de frutas e antioxidante (bha).	Pacote de 12 Kg	90
3	Ração para pássaros, tipo galo campina – ração em grãos. Características: alpiste, arroz, farelo de castanha de caju, níger, milheto, painço, milho integral moído e farelo de soja.	Saco de 10 Kg	100
4	Ração pra pássaros (graúna) – ração em grãos. Características: arroz, óleo vegetal, farelo de castanha de caju, premix vitamínico mineral, farelo de bolacha, milho integral moído, grão de amendoim, farelo de soja e aveia.	Saco de 10 Kg	50
5	Ração para filhotes de cães – ração extrusada. Farinha de vísceras de frango, farelo de glúten de milho 60*, ovo desidratado, proteína isolada de suíno, milho integral moído*, quirela de arroz, polpa de beterraba, gordura de frango, óleo de peixe, gordura suína, ácido propiônico, antioxidantes BHA e BHT, cloreto de potássio, cloreto de sódio, hidrolisado de suíno e frango, levedura seca de cervejaria, mananoligossacarídeos (0,20%), parede celular de levedura, vitamina A, vitamina B12, vitamina C, vitamina D3, vitamina E, vitamina K3, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina, cloreto de colina, niacina, piridoxina, riboflavina, tiamina, cobre aminoácido quelato, ferro aminoácido quelato, iodeto de potássio, manganês aminoácido quelato, proteinato de selênio, sulfato de cobre, sulfato de ferro, sulfato de manganês, sulfato de zinco, zinco aminoácido quelato	Embalagem De 20 Kg	100
6	Ração para filhotes de gatos: espécie animal: gato filhote; dosagem máxima umidade: 10 per; dosagem mínima proteína: 33 per; dosagem mínima extrato etéreo: 9 per; dosagem máxima matéria mineral: 8,50 per; dosagem máxima cálcio: 1 per; dosagem mínima fósforo: 0,80 per; características adicionais: metionina > 0,60%, lisina >0,80% e taurina 0,10%	Embalagem de 20 kg	15
7	Ração balanceada para Equínos – (12% peletizada), Vitamina C / Ômega 3-DHA / Vitamina E Selênio Orgânico / Cromo Orgânico Prebiótico / Probiótico	Saco de 25 Kg	3
8	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Grande	Saco de 40 Kg	125
9	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Pequeno	Saco de 40 Kg	125
10	Alpiste	Saco de 50 Kg	20
11	Painço	Saco de 50 Kg	20
12	Suplementação vitamínico mineral aminoácido para alimentação animal Suplementação de aminoácidos, vitaminas, macros e microminerais para caninos, felinos, aves, répteis, mustelídeos e	Pacote de 500 g	24

	roedores, nutricional dos alimentos, auxiliar na suplementação nas fases críticas da criação (crescimento, desenvolvimento, gestação, lactação e geriatria). Preparo de animais para exposição e melhorador da performance de cães em treinamento. Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó		
13	Farinhada para pássaros frugívoros e insetívoros: Farinha de arroz, farinha de trigo, farelo de soja, ovo desidratado, leveduras, proteína texturizada de soja, semente de níger, semente de papoula, semente de perila, óleo de soja refinado, suplemento vitamínico mineral, mel, probiótico, prebiótico, sacarose, concha de ostra em pó, sal, fosfato bicálcico, aditivo aromatizante, antioxidante.	Embalagem de 600 g	70
14	Ração para Tucanos: Características de Milho integral moído *, arroz, farelo de soja *, farinha de víscera de frango, aveia integral, farelo de trigo, ovo desidratado, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de atum, banana verde , semente de linhaça, levedura seca de cerveja , polpa de beterraba, calcário calcítico, óleo de soja refinado *, óleo de girassol, mananoligossacarídeos , beta - glucanas, probióticos (Saccharomyces cerevisiae, Enterococcus faecium, Lactobacillus acidophilus), cloreto de sódio (sal comum), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, DL-metioni- na, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio , biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganê s, manganê s aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), levedura enriquecida de selênio, beta - caroteno, luteína, corante de páprica, DL metionina , aditivo flavorizante, aditivo palatilizante, aditivo antioxidante (BHA).	Pacote de 12 Kg	10
15	Papas para filhote de psitacideos: Características: Arroz, grão de aveia, proteína de soja micronizada*, ovo desidratado, soja integral micronizada*, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), plasma sanguíneo, dextrose, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de soja refinado*, óleo de salmão, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, farinha de alga (Schizochytrium sp), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, aditivo antioxidante, DL-metionina, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio, biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, dióxido de silício, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganês, manganês aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, betaglucanas, aditivo enzimático (lipase, amilase, protease), cloreto de sódio (sal comum), probióticos, aditivo fungistático, parede celular de leveduras, ferro quelatado, levedura enriquecida de selênio, DL-metionina, L-glutamina, luteína, betacaroteno, aditivo flavorizante, aditivo antioxidante natural à base de extrato de alecrim.	Embalagem de 06 kg	48
16	Ração para Curió: Milho integral, trigo integral, aveia integral, arroz, soja integral micronizada, ovo integral desidratado, linhaça integral, alpiste, painço alemão, painço comum, senha, painço vermelho, painço verde, painço preto, arroz cateto, cártamo, perila, sorgo branco, gergelim, erva doce, polpa de beterraba, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de girassol, mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, extrato de yucca, cloreto de colina, carbonato de cálcio, cloreto de sódio, vitamina A, betacaroteno, vitamina D3, vitamina E, vitamina K, vitamina C, biotina, ácido fólico, niacina, ácido pantotênico, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, vitamina B12, selênio, cobre, iodo, manganês, zinco, antioxidantes (BHA e BHT), aditivo probiótico, aromatizante e corante alimentícios.	Embalagem de 05 Kg	85
17	Papa revitalizante para filhotes: Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: raçãoanimal, aspecto físico: pó	Embalagem de 400g	40

18	Papa para filhotes de pássaros: Suplemento alimentar tipo: aditivo nutricional. Ingredientes: higroscopio, ndt e proteína bruta: ração animal, aspecto físico: pó	Embalagem de 400 g	40
19	Ração para tamandua:	Embalagem de 15 Kg	03
20	Ração para Primatas: Ingredientes: Milho Integral Moído, Farelo De Trigo, Farelo De Espécie Animal: Primata Folívoro Dosagem Máxima Umidade: 12 PER Dosagem Mínima Proteína: 15 PER Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 5 PER Dosagem Máxima Matéria Mineral: 13 PER Dosagem Máxima Cálcio: 1,60 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,80 PER Características Adicionais: Laudo Bromatológico Tipo: Extrusada Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 15 PER Ingredientes Adicionais: Aveia Branca, Lignocelulose, Cloreto De Sódio,	Embalagem de 12 Kg	04
21	RAÇÃO INICIAL PINTOS CRESCIMENTO: Componentes: Milho Moído, Farelo: Soja, Trigo, Farinha: Peixe, Dosagem Mínima Proteína Bruta: 22 PER Dosagem Máxima Cálcio: 6,00 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,45 PER Características Adicionais: Matéria Fibrosa Máxima 6,00 %	Embalagem de 5 kg	24
22	Ração Ratos Roedores e Camundongos Dosagem Máxima Umidade: 125,000 PER Apresentação: Peletizada/Irradiada Componentes Vitamínicos: Vitamina, E,B2,A,D6 Aplicação: Camundongo - Crescimento/Reprodução Animal Características Adicionais: Proteína 200,000 G/Kg, Extrato Etéreo 50,000 G/Kg	Embalagem 25 kg	08
23	Feno: Composição: Feno De Capin Tifton	Fardo de 10 kg	100

	Características Adicionais: Mínimo 14% De Proteína Bruta E 55% De Umidade Aplicação: Alimentação Animal		
24	Leite Em Pó Origem: De Cabra Teor Gordura: Integral Solubilidade: Instantâneo	Embalagem de 200g	80
25	Suplemento Nutricional: Complemento Adicional: Suplemento; Adicional: embalagem individual. Tipo ração úmida (tenébrios desidratados para alimentação de aves exóticas e insetívoros restritos).	Embalagem de 15g	120
26	Alimento úmido (patê preparado para gato com pedaços)	Embalagem de 85g	50
27	Néctar para beija-flor	Embalagem de 150g	12
28	Ração úmida para cães e gatos Indicado para cães e gatos em recuperação ou convalescência	Embalagem de 195g	20

GRUPO 2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL (1 ANO)
29	ABACAXI PÉROLA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Unidade	1.400
30	BANANA PRATA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	6.916
31	CENOURA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	800
32	COCO - SECO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Unidade	2.500
33	COUVE MANTEIGA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Maço de 200g	900
34	GOIABA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	1.500
35	LARANJA PERA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	1.200
36	MAÇÃ GALA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	2.000
37	MAMÃO FORMOSA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	6.500

38	MELANCIA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	3.000
39	MELÃO JAPONÊS, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	4.000
40	MILHO VERDE ESPIGA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Unidade	9.000
41	OVOS DE GALINHA, Grandes, tipo extra branco, classe A,	Unidade	5.000
42	PEPINO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	1.000
43	REPOLHO BRANCO, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	60
44	MEL DE ABELHA	Litro	20
45	PIMENTA MALAGUETA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	50
46	ESPINAFRE, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Maços de 200 g	900
47	AMENDOIM NATURA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	300
48	IOGURTE NATURAL INTEGRAL	Litro	300
49	CARNE VERMELHA S/OSSO	Kg	400
50	PEIXE IN NATURA (SARDINHA, PIABA OU TILÁPIA, EVISCERADA, COM CABEÇA)	Kg	200
51	JILÓ, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	250
52	BETERRABA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	200
53	VAGEM, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	100
54	ABÓBORA CABOTIÁ/JAPONESA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	200
55	MANGA TOMMY, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	250
56	SIRIGUELA, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	10
57	COCO BABAÇU, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	20
58	CAJÁ, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	20
59	PEQUI, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	40

60	MEXILHÃO (SURURU)	Kg	10
61	BURITI APRESENTAÇÃO: NATURAL, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	20
62	ABACATE, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	20
63	MURICI, in natura, com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	Kg	15

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos com especificações usuais de mercado.

1.2.1. As rações e os gêneros alimentícios a serem adquiridos são produtos amplamente comercializados, com especificações técnicas usuais, reconhecidas e padronizadas, tais como tipo, composição nutricional básica, forma de apresentação, prazo de validade, acondicionamento e requisitos sanitários. Tais características podem ser descritas de forma clara, objetiva e suficiente nos instrumentos convocatórios, sem necessidade de avaliações subjetivas ou de soluções técnicas personalizadas.

1.2.2. Embora os produtos sejam destinados a diferentes espécies de animais silvestres, as exigências nutricionais correspondentes são atendidas por rações e alimentos já disponíveis no mercado, produzidos conforme normas técnicas e sanitárias vigentes, não envolvendo desenvolvimento tecnológico específico ou customização exclusiva para a Administração. A adequação do produto pode ser verificada objetivamente no ato do recebimento, por meio da conferência das especificações previamente definidas.

1.2.3. Adicionalmente, o critério de julgamento das propostas pode se basear exclusivamente no menor preço por grupo de itens, uma vez que a comparação entre as ofertas é plenamente viável a partir de parâmetros objetivos, reforçando o enquadramento do objeto como bem comum.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de insumo essencial, recorrente e indispensável à manutenção das atividades permanentes de recepção, triagem, manejo, reabilitação e destinação de animais silvestres, cuja alimentação deve ocorrer de forma diária e ininterrupta. A demanda é variável e imprevisível, em razão do fluxo irregular de apreensões, resgates e entregas voluntárias, o que exige abastecimento constante e fornecimento parcelado ao longo do tempo, sendo a interrupção do fornecimento capaz de comprometer imediatamente o bem-estar animal e a continuidade do serviço público prestado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Havendo divergências entre a descrição das características do item neste Termo de Referência e na página Catálogo do portal **compras.gov.br** PREVALECE a descrição neste Termo de Referência.

1.8. Os itens de 1 a 28 (Grupo I - rações) e 29 a 63 (Grupo II - gêneros alimentícios) serão licitados pelo critério de menor preço global do grupo, sendo adjudicados ao vencedor de cada um dos grupos.

1.9. Os itens serão adjudicados em grupos em razão da necessidade de preparação dos alimentos combinando-se os itens o que poderá ser prejudicado caso os itens sejam adjudicados a empresas distintas na ocorrência de um provável atraso na entrega por parte das empresas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03659166001931-0-000007/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 135, 136 e 137;

VI) Classe/Grupo: 8970 - RAÇÕES EMBALADAS, 8905 - CARNES, AVES E PEIXES e 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES;

V) Identificador da Futura Contratação: 193104-39/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. uso racional da água e energia elétrica;

4.1.2. respeito total às leis ambientais e cumprimento das resoluções do CONAMA;

4.1.3. respeito total as leis, normativas e resoluções da ANVISA aplicáveis a presente contratação;

4.1.4. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e tributária aplicável ao objeto;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica na presente contratação a indicação de marca ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica na presente contratação a vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

Da exigência de amostra

4.4. Não se aplica na presente contratação a exigência de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade.

4.5. Não se aplica na presente contratação a exigência de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Não haverá a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios destinados à nutrição de animais silvestres, atividade que exige capacidade logística regular, atendimento a prazos de entrega compatíveis com a essencialidade do fornecimento, manutenção de padrões sanitários e de qualidade e disponibilidade para suprir variações imprevisíveis de demanda. A fragmentação dos grupos em cotas poderia causar prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, comprometer a gestão contratual, aumentar a complexidade da execução e elevar o risco de desabastecimento, em prejuízo da continuidade do serviço público e do bem-estar animal.

Margem de Preferência:

4.9. Não se aplica na presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 04 (quatro) dias úteis, contados do(a) solicitação do setor requisitante via e-mail.

5.1.1. Na solicitação do setor requisitante deverá constar a data limite para a entrega conforme prazo definido no item anterior, os itens a serem entregues, bem como suas quantidades.

5.2. Os itens deverão ser entregues conforme frequência de fornecimento estabelecida na tabela do item 1.1 do presente Termo de referência.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES EM FORTALEZA (Cetas) situado na Rua Wilson Pereira, 351, Guajeru, Cep: 60.843-150 - Fortaleza/CE.**

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até (um) dia útil dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. O atestado deverá conter nome, CNPJ e telefone da instituição pública ou privada para qual o produto foi fornecido;

9.29.1.2. O atestado deverá se referir ao Fornecimento de alimentos em geral; e

9.29.1.3. O atestado deverá conter a descrição do produto fornecido, a quantidade fornecida, e a informação de que o produto foi fornecido de acordo com o que foi solicitado e no prazo estabelecido.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 671.807,58 (seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Fortaleza, na data da assinatura digital

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

5.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

5.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.4. *Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Fortaleza, Seção Judiciária do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA CONCEICAO GAIO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 09:58:42.

CHRISTINA WIPPICH WHITEMAN

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 10:11:00.

MARINA LEMOS NOBRE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 14:54:23.

Despacho: APROVO, à vista de todo o detalhamento do objeto a ser contratado constante neste Termo de Referência.

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE ALENCAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/03/2026 às 14:51:16.

IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/CE

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 02007.002912/2025-48

2. Descrição da necessidade

O Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE desempenha atividades essenciais de recepção, triagem, manejo, reabilitação e destinação de animais silvestres provenientes de apreensões, resgates e entregas voluntárias, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Para a adequada execução dessas atividades, é imprescindível assegurar, de forma contínua e ininterrupta, a oferta de alimentação balanceada e compatível com as exigências nutricionais das diferentes espécies acolhidas na unidade.

A diversidade de espécies sob cuidados do CETAS, com variações de idade, porte, estado fisiológico e clínico, demanda o fornecimento regular de rações específicas e gêneros alimentícios variados, observando critérios técnicos de qualidade, segurança sanitária e adequação nutricional. Ademais, o quantitativo de animais acolhidos é variável ao longo do tempo, em razão da natureza imprevisível das apreensões e resgates, o que impõe a necessidade de um fornecimento parcelado e sob demanda.

A inexistência ou descontinuidade do fornecimento desses insumos comprometeria diretamente o bem-estar animal, a recuperação clínica e nutricional dos espécimes, além de impactar negativamente o cumprimento das atribuições institucionais do CETAS e os objetivos da política ambiental. Assim, faz-se necessária a contratação de serviços de fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral, de modo a garantir a regularidade do abastecimento, a manutenção das condições adequadas de manejo e a mitigação de riscos operacionais decorrentes de desabastecimento.

Essa contratação se justifica, portanto, pela essencialidade do objeto para a continuidade dos serviços públicos prestados pelo CETAS de Fortaleza/CE, assegurando condições mínimas de funcionamento da unidade e o atendimento aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e proteção ao bem-estar da fauna silvestre que encontra-se sob a responsabilidade da unidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS FORTALEZA	Alberto Klefasz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral destinados à nutrição dos animais mantidos no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

Requisitos Técnicos e de Qualidade

As rações e gêneros alimentícios deverão ser próprios para consumo animal, adequados às diferentes espécies atendidas, bem como às suas fases de vida, condições fisiológicas e necessidades nutricionais específicas.

Os produtos deverão atender às normas sanitárias, de qualidade e segurança alimentar vigentes, expedidas pelos órgãos competentes, incluindo Ministério da Agricultura e Pecuária, ANVISA e demais entidades reguladoras aplicáveis.

As rações industrializadas deverão possuir registro, quando exigido, prazo de validade compatível com o consumo estimado e informações claras quanto à composição nutricional.

Os gêneros alimentícios in natura deverão apresentar-se em condições adequadas de higiene, conservação, e qualidade, isentos de contaminações, pragas ou deterioração.

Requisitos de Fornecimento e Logística

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, mediante solicitações da Administração, considerando a variação da demanda decorrente do fluxo imprevisível de entrada e de permanência dos animais no CETAS.

Os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a natureza essencial do objeto, de modo a evitar desabastecimento e prejuízos ao manejo e bem-estar animal.

O transporte dos produtos deverá ser realizado em condições adequadas, preservando a integridade, qualidade e segurança sanitária dos itens fornecidos.

Requisitos de Continuidade e Regularidade

A contratada deverá garantir a regularidade do fornecimento durante toda a vigência contratual, assegurando a continuidade do atendimento das necessidades nutricionais dos animais.

Eventuais substituições de produtos deverão ocorrer somente mediante prévia anuência da Administração, respeitando equivalência nutricional e qualidade igual ou superior.

Requisitos de Sustentabilidade e Conformidade Legal

Sempre que possível, deverão ser observadas práticas que minimizem impactos ambientais, como embalagens adequadas e redução de desperdícios.

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e tributária aplicável ao objeto.

Requisitos de Fiscalização e Aceitação

Os produtos fornecidos estarão sujeitos à conferência e ao recebimento pela fiscalização do contrato, podendo ser recusados aqueles que não atendam às especificações técnicas, sanitárias ou de qualidade estabelecidas.

A contratada deverá proceder à substituição imediata dos itens rejeitados, sem ônus adicional para a Administração.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda de forma eficiente, segura e contínua às necessidades do CETAS de Fortaleza/CE, garantindo o adequado manejo alimentar e o bem-estar dos animais sob responsabilidade da Administração Pública.

5. Sistema de Registro de Preços - SRP

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

Considerando que o CETAS-FORTALEZA/CE é unidade responsável pelo recebimento de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente pela população, com vistas à execução de serviços de identificação, marcação, triagem, avaliação, tratamento, recuperação, reabilitação e destinação desses animais, tendo como objetivo maior a **devolução deles para a natureza**.

"Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama são unidades responsáveis pelo recebimento de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente pela população, com vistas à execução de serviços de identificação, marcação, triagem, avaliação, tratamento, recuperação, reabilitação e destinação desses animais, tendo como objetivo maior a devolução deles para a natureza."

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-que-sao-os-cetas>

Considerando que a quantidade de animais que passam, ou em alguns casos específicos que permanecem no recinto, não é fixa; como ocorre nos zoológicos.

"Art 1º - Para os efeitos desta lei, considera-se jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e expostos à visitação pública."

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7173.htm

Considerando que **não há possibilidade** de prever com exatidão a quantidade de animais que passarão pelo CETAS-FORTALEZA/CE durante o período de um ano, visto que a quantidade dependerá das apreensões, dos resgates ou das entregas espontâneas da população.

Considerando ser imprudente contratar quantidade certa de gêneros alimentícios e rações, visto a possibilidade de falta, causando risco aos animais, ou excesso, causando prejuízo à Administração pela pequena capacidade de locação de itens no local; entendemos ser mais vantajoso ao erário realizar o procedimento por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP.

Tal situação tem abrigo na primeira parte do item "II" do artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

(Grifo Nosso)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11462.htm

Dessa forma, sugerimos que ao procedimento em tela seja realizado licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por grupo**.

DA DISPONIBILIZAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP

Conforme o parágrafo único e o inciso II do art. 4º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; quando se trata de contratação de alimento perecível não é obrigatória **indicação do total a ser adquirido, sendo obrigatória a indicação** do valor máximo da despesa; e **vedada** a participação de outro órgão ou entidade na ata. Dessa forma **não será disponibilizada IRP para adesão de outros órgãos/entidades**.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda, de rações e gêneros alimentícios destinados à nutrição dos animais atendidos pelo Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE, bem como avaliar a viabilidade técnica e econômica das soluções existentes.

Inicialmente, verificou-se a inexistência de produção própria ou de solução interna capaz de suprir, de forma regular e adequada, a demanda por rações e gêneros alimentícios necessários ao manejo dos animais silvestres, o que afasta a possibilidade de execução direta pela Administração. A aquisição no mercado mostra-se, portanto, a única alternativa viável.

No mercado fornecedor, identificam-se empresas especializadas na comercialização de rações animais industrializadas, bem como estabelecimentos atacadistas e distribuidores de gêneros alimentícios em geral, com capacidade logística para fornecimento parcelado e atendimento conforme demanda. Tais fornecedores, em regra, atendem a clínicas veterinárias, zoológicos, criadouros, centros de manejo de fauna, pet shops, supermercados e órgãos públicos, demonstrando experiência prévia com objetos de natureza similar.

Também se observou que a prática usual de mercado para esse tipo de fornecimento ocorre por meio de contratos de fornecimento contínuo, com entregas fracionadas ao longo da vigência contratual, ajustadas às necessidades do contratante, o que se mostra compatível com a realidade operacional do CETAS, marcada por variação significativa e imprevisível no quantitativo de animais atendidos.

Quanto à forma de contratação, constatou-se que a aquisição conjunta de rações e gêneros alimentícios, organizados em grupos conforme a natureza dos produtos, é prática recorrente na Administração Pública, permitindo maior eficiência operacional, ampliação da competitividade e melhor gestão do contrato. Alternativamente, a contratação poderia ser segmentada por categorias de produtos; contudo, essa opção tende a aumentar a complexidade administrativa e os custos de gestão, sem ganhos significativos para o atendimento da necessidade.

No tocante aos preços, o levantamento preliminar indica que os valores praticados no mercado variam conforme o tipo de produto, especificação nutricional, forma de acondicionamento e periodicidade de entrega, sendo viável a obtenção de preços compatíveis com o mercado mediante processo licitatório, observados os princípios da competitividade e da economicidade.

Diante do exposto, conclui-se que o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender o objeto pretendido, tanto do ponto de vista técnico quanto operacional, sendo recomendável a contratação por meio de processo licitatório em virtude do valor estimado para a contratação, com fornecimento contínuo e parcelado, conforme demanda, assegurando o adequado atendimento às necessidades do CETAS de Fortaleza/CE.

7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral destinados à nutrição dos animais mantidos no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE, ao longo da vigência contratual.

A contratação abrangerá um conjunto diversificado de produtos, incluindo rações industrializadas específicas e gêneros alimentícios in natura ou processados, adequados às diferentes espécies atendidas pelo CETAS, considerando suas necessidades nutricionais, fases de desenvolvimento, condições fisiológicas e eventuais restrições clínicas. Os itens serão definidos em termos de especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade e requisitos sanitários, de modo a assegurar a segurança alimentar e o bem-estar animal.

O fornecimento será realizado de forma fracionada, mediante solicitações formais da Administração, de acordo com a demanda efetiva da unidade, observada a imprevisibilidade do fluxo de entrada e permanência dos animais. Essa sistemática permite maior flexibilidade operacional, redução de desperdícios, melhor controle de estoques e otimização do uso dos recursos públicos, evitando aquisições em volumes incompatíveis com o consumo real.

A solução contempla, ainda, a definição de prazos de entrega compatíveis com a natureza essencial do objeto, bem como condições adequadas de transporte, acondicionamento e descarregamento dos produtos, de forma a preservar sua integridade e qualidade até o recebimento definitivo pelo CETAS. A aceitação dos itens estará condicionada à verificação, pela fiscalização do contrato, do atendimento às especificações técnicas e sanitárias estabelecidas.

Do ponto de vista da gestão contratual, a solução prevê mecanismos de acompanhamento e fiscalização do fornecimento, incluindo a possibilidade de rejeição e substituição de produtos em desconformidade, sem ônus para a Administração. A remuneração da contratada ocorrerá de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos, reforçando a aderência ao princípio da economicidade.

Assim, a solução como um todo se mostra adequada, viável e alinhada às necessidades do CETAS de Fortaleza/CE, garantindo a continuidade do serviço público, o adequado manejo alimentar dos animais sob tutela do Estado e o cumprimento das atribuições institucionais da unidade, em consonância com os princípios da eficiência, razoabilidade e interesse público.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada a partir da análise do histórico de consumo do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE conforme documentos (SEI nº 26037499 e 25273863), considerando registros de entradas e permanência de animais em exercícios anteriores, bem como a diversidade de espécies atendidas e suas distintas necessidades nutricionais.

Ressalta-se que o quantitativo de animais sob cuidados do CETAS apresenta variações significativas ao longo do tempo, em razão do caráter imprevisível das apreensões, resgates e entregas voluntárias, o que inviabiliza a fixação de volumes rígidos e exatos de consumo. Dessa forma, a estimativa foi construída com base em médias históricas de consumo, ajustadas por margens de segurança técnica, conforme Relatório (SEI nº 25419168) de modo a prevenir desabastecimentos e garantir a continuidade do manejo alimentar.

As quantidades estimadas contemplam diferentes tipos de rações e gêneros alimentícios, compatíveis com os perfis alimentares das espécies atendidas, levando em consideração fatores como porte dos animais, frequência alimentar, estado clínico e eventuais dietas específicas. A estimativa também considera o consumo mensal médio e a projeção para o período de vigência contratual, sem prejuízo de ajustes decorrentes da demanda efetiva.

Destaca-se que os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração, servindo exclusivamente como parâmetro para a formulação das propostas e para o adequado planejamento do fornecimento pelos licitantes. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e conforme demanda, sendo a contratação remunerada apenas pelos itens efetivamente solicitados e devidamente recebidos.

Assim, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida de forma prudente e alinhada à realidade operacional do CETAS de Fortaleza/CE, buscando conciliar previsibilidade orçamentária, eficiência administrativa e garantia do atendimento contínuo às necessidades nutricionais dos animais sob responsabilidade da unidade.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 671.807,58

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços no mercado, observando-se os parâmetros estabelecidos na legislação vigente e nas orientações normativas aplicáveis às contratações públicas, especialmente quanto à busca pela fidedignidade dos valores e à mitigação de riscos de sobrepreço ou inexecuibilidade.

Para definição do valor estimado da contratação, foram utilizados os parâmetros previstos no art. 5º, incisos I, II, III, IV e V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, contemplando:

- Preços praticados em contratações públicas disponíveis no sistema Pesquisa de Preços do Compras.gov.br;
- Preços praticados em contratações públicas de outros entes da federação disponíveis na internet;
- Pesquisas em sítios eletrônicos especializados, incluindo fornecedores do ramo de produtos agropecuários, pet shops, distribuidores de alimentos e centrais de abastecimento (CEASA);
- Pesquisa direta com fornecedores através de cotação solicitada por e-mail; e
- Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas disponível no Portal da Transparência do governo federal.

Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e as contratações similares feitas pela administração pública, em conformidade com o artigo 5º, parágrafo 1º, da IN SEGES/ME nº 65, de 2021.

Esses resultados estão constantes no relatório da pesquisa de preços, e são oriundos das bases de dados do Compras.gov.br sistema oficial do poder executivo Federal.

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações nos termos do artigo 6º da IN SEGES /ME nº 65, de 2021.

A estimativa contemplou a totalidade dos itens previstos, considerando as quantidades estimadas para o período de vigência contratual, conforme descrito no item próprio deste Estudo Técnico Preliminar. Ressalta-se que, em razão da variabilidade do número de animais atendidos pelo CETAS de Fortaleza/CE, os quantitativos utilizados para fins de estimativa possuem caráter referencial, servindo ao planejamento orçamentário e à definição do valor global máximo da contratação.

Destaca-se, ainda, que o valor estimado não representa compromisso de gasto integral, uma vez que o pagamento à contratada estará condicionado aos quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração. A adoção do fornecimento parcelado e sob demanda contribui para maior controle da despesa pública, evitando aquisições desnecessárias e promovendo a economicidade.

Assim, o valor estimado da contratação reflete preços compatíveis com os praticados no mercado, mostra-se adequado à complexidade e à essencialidade do objeto e atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, constituindo parâmetro idôneo para a realização do procedimento licitatório.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta adota o parcelamento do fornecimento ao longo da vigência contratual, tanto em relação às entregas quanto à execução do objeto, em razão das características e necessidades específicas do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE.

O parcelamento do fornecimento mostra-se tecnicamente justificado, uma vez que a demanda por rações e gêneros alimentícios é variável e imprevisível, em função do fluxo irregular de entrada, permanência e destinação dos animais silvestres atendidos pelo CETAS. A realização de entregas fracionadas, conforme solicitações da Administração, permite adequar o abastecimento ao consumo real, evitando a formação de estoques excessivos, o vencimento de produtos perecíveis e o desperdício de recursos públicos.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento contribui para a racionalização das despesas, na medida em que possibilita o pagamento apenas pelos itens efetivamente fornecidos e consumidos, alinhando-se aos princípios da economicidade e da eficiência. Ademais, a sistemática de fornecimento parcelado é prática consolidada no mercado para objetos dessa natureza, não representando ônus desproporcional aos fornecedores, o que favorece a competitividade do certame.

No que se refere ao parcelamento do objeto em grupos, entende-se adequada a organização da contratação por grupos de itens homogêneos, conforme a natureza dos produtos (rações específicas e gêneros alimentícios), de modo a ampliar a participação de potenciais fornecedores e evitar restrições indevidas à competição. Essa estratégia permite que empresas com diferentes especializações possam concorrer apenas aos itens compatíveis com sua atuação, sem prejuízo à gestão contratual.

Por outro lado, a não adoção de parcelamento das entregas, com fornecimento em grande volume ou em parcela única, não se mostra recomendável, por acarretar riscos de desabastecimento futuro, perdas por perecibilidade, dificuldades de armazenamento e maior impacto orçamentário imediato, além de reduzir a flexibilidade operacional do CETAS.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da solução, tanto no aspecto temporal (entregas fracionadas conforme demanda) quanto na estruturação do objeto em grupos, é técnica e economicamente justificado, sendo a alternativa mais adequada para assegurar a continuidade do serviço público, o adequado manejo alimentar dos animais e a boa gestão dos recursos públicos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação para o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios destinados à nutrição dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE possui relação funcional com outras contratações necessárias ao pleno funcionamento da unidade, embora não dependa diretamente delas para sua execução.

Podem ser consideradas contratações correlatas aquelas relacionadas aos serviços de manejo, cuidado e assistência aos animais silvestres, tais como a contratação de mão de obra especializada (tratadores de animais), serviços de limpeza e higienização das instalações, aquisição de medicamentos veterinários, insumos clínicos e materiais de manejo. Tais contratações, embora distintas em objeto, atuam de forma complementar, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de saúde, bem-estar e recuperação dos animais atendidos.

Há, ainda, correlação com eventuais contratações para fornecimento de equipamentos, utensílios e estruturas de apoio ao armazenamento e à preparação dos alimentos, como freezers, geladeiras, câmaras frias, recipientes apropriados e utensílios de uso alimentar. Esses itens viabilizam o correto acondicionamento e uso dos gêneros alimentícios e das rações fornecidas, garantindo o atendimento às exigências sanitárias.

Ressalta-se, contudo, que a presente contratação não é interdependente de outros contratos em vigor, uma vez que o fornecimento de rações e gêneros alimentícios pode ser executado de forma autônoma, sem condicionamento à prévia celebração ou vigência de outros ajustes. A inexistência ou a interrupção de contratos correlatos não inviabiliza, por si só, a execução do objeto ora pretendido, embora possa impactar a eficiência global das atividades do CETAS.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em análise possui caráter essencial e independente, mantendo relação de complementaridade com outras contratações da unidade, sem configurar interdependência jurídica ou operacional que impeça sua execução isolada, observando-se o adequado planejamento integrado das demandas do CETAS de Fortaleza/CE.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação para o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral destinados à nutrição dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração, bem como às atribuições institucionais do órgão responsável pela gestão da unidade.

Plano Anual de Contratações:

A presente contratação encontra-se contemplada no Plano Anual de Contratações deste Instituto conforme consta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP sob o número 193104-39/2026 e Classe/Grupo nº 8970 - RAÇÕES EMBALADAS, 8905 - CARNES, AVES E PEIXES e 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Planejamento Estratégico do Ibama :

A Portaria Ibama nº 108, de 12 de agosto de 2024 (Publicada no DOU nº 156, quarta-feira, 14 de agosto de 2024) que institui o Planejamento Estratégico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o quadriênio 2024-2027, bem como seus objetivos estratégicos e respectivas metas; possui os seguintes objetivos e metas que se relacionam diretamente com a qualidade e efetividade dos serviços da contratação em tela, quais sejam:

"CAPÍTULO II DOS ATRIBUTOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Art. 3º São atributos e integram o Planejamento Estratégico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis:

[...]

IV - Objetivos estratégicos:

[...]

b) Monitorar, conservar, restaurar e proteger a biodiversidade: objetivo estratégico previsto no Eixo 2 do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o qual está diretamente relacionado com as atribuições legais desta instituição;

[...]

[...]

Metas de impacto:

[...]

b) 70% de animais devolvidos à natureza em relação aos animais destinados aos Cetos até 2027;

[...]

ATIVIDADE 08: IMPLEMENTAR PLANOS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FAUNA IN SITU E EX SITU"

Fonte: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibama-n-108-de-12-de-agosto-de-2024-578196957>

O objeto da contratação guarda aderência direta às competências legais do CETAS, relacionadas à recepção, triagem, manejo, reabilitação e destinação adequada de animais silvestres, constituindo insumo essencial para a execução dessas atividades finalísticas. Dessa forma, a contratação contribui para o cumprimento da missão institucional do órgão ambiental e para a implementação das políticas públicas de proteção e conservação da fauna silvestre.

Adicionalmente, a contratação está alinhada ao planejamento anual de contratações do órgão, integrando o rol de demandas recorrentes e essenciais para o funcionamento do CETAS de Fortaleza/CE. A realização do Estudo Técnico Preliminar e do planejamento prévio do objeto permite a mitigação de riscos operacionais, a adequada alocação de recursos e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral destinados à nutrição dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, à gestão da unidade e à proteção da fauna silvestre, conforme descrito a seguir.

Primeiramente, a contratação assegurará a continuidade e a regularidade do fornecimento de insumos alimentares essenciais, evitando desabastecimentos que possam comprometer o bem-estar, a saúde e a recuperação dos animais sob cuidados do CETAS. A oferta adequada de alimentação balanceada e compatível com as necessidades nutricionais das diferentes espécies contribuirá para melhores índices de sobrevivência, reabilitação e destinação dos espécimes.

Do ponto de vista administrativo e operacional, o fornecimento parcelado e sob demanda permitirá maior flexibilidade na gestão de estoques, redução de perdas por vencimento ou deterioração de produtos perecíveis e melhor adequação do consumo à demanda real. Essa sistemática favorece o uso racional dos recursos públicos e reforça o controle da execução contratual.

A contratação também propiciará ganhos de eficiência, ao reduzir a necessidade de aquisições emergenciais, que geralmente apresentam maior risco de sobrepreço e fragilidade no planejamento. Com um contrato regular e previamente estruturado, a Administração poderá atuar de forma preventiva, planejada e alinhada às boas práticas de governança e gestão de contratações públicas.

Sob o aspecto econômico, espera-se a obtenção de preços mais vantajosos, em razão da realização de procedimento licitatório competitivo. A remuneração condicionada aos quantitativos efetivamente fornecidos reforça a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos.

Por fim, a contratação contribuirá para o cumprimento das atribuições institucionais do CETAS de Fortaleza/CE e dos objetivos das políticas públicas ambientais, ao garantir condições adequadas para o manejo, a recuperação e a proteção da fauna silvestre. Dessa forma, os benefícios alcançados extrapolam a dimensão administrativa, refletindo-se positivamente na prestação do serviço público e no interesse público.

14. Providências a serem Adotadas

Para a adequada implementação da contratação destinada ao fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios em geral para a nutrição dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

Inicialmente, deverá ser verificada a existência de dotação orçamentária suficiente para fazer frente às despesas decorrentes da contratação, bem como promovida a adequada reserva orçamentária, em conformidade com a legislação vigente. Também deverá ser realizada a definição da modalidade e do critério de julgamento a serem adotados no procedimento licitatório, observadas as normas aplicáveis às contratações públicas.

Após a conclusão dessas etapas, caberá a instrução do processo licitatório, com a elaboração do edital e da minuta da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o modelo de contratação adotado.

Após a realização do certame e a formalização do instrumento contratual, deverão ser designados formalmente o gestor e o fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, pelo controle dos fornecimentos realizados e pela verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações estabelecidas. Também deverão ser definidos procedimentos internos para solicitação, recebimento, conferência, armazenamento e controle de consumo dos itens fornecidos.

Por fim, deverão ser adotadas rotinas de monitoramento e avaliação da execução contratual, com registro de ocorrências, análise de desempenho da contratada e, se necessário, proposição de ajustes ou medidas corretivas, de modo a assegurar a continuidade do fornecimento, o atendimento das necessidades do CETAS de Fortaleza/CE e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação para o fornecimento contínuo, parcelado e conforme demanda, de rações e gêneros alimentícios destinados à nutrição dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE pode gerar impactos ambientais de baixa magnitude, os quais devem ser identificados e mitigados no âmbito do planejamento e da execução contratual.

Entre os impactos ambientais potenciais, destacam-se aqueles associados à cadeia de produção, acondicionamento e transporte dos produtos, tais como a geração de resíduos sólidos (embalagens plásticas, sacarias, caixas e recipientes), o consumo de recursos naturais empregados na fabricação e conservação dos insumos, bem como as emissões decorrentes do transporte dos itens até a unidade demandante.

No caso dos gêneros alimentícios perecíveis, podem ocorrer impactos relacionados ao desperdício de alimentos, caso haja inadequação entre os volumes adquiridos e o consumo efetivo. Contudo, a adoção do fornecimento parcelado e conforme demanda reduz significativamente esse risco, contribuindo para a minimização de perdas e para o uso mais eficiente dos recursos.

Como medidas mitigadoras, a contratação poderá prever a exigência de embalagens adequadas, resistentes e, sempre que possível, recicláveis ou reutilizáveis, bem como a observância de boas práticas de transporte e armazenamento, de modo a evitar avarias, contaminações e desperdícios. A adequada gestão de estoques pelo CETAS também contribui para a redução de impactos ambientais negativos.

Adicionalmente, a contratação possui impactos ambientais positivos relevantes, na medida em que viabiliza o adequado manejo alimentar e a recuperação de animais silvestres, favorecendo sua reabilitação e, quando possível, a reintegração ao meio ambiente. Esse aspecto está diretamente relacionado à proteção da biodiversidade e ao cumprimento das políticas públicas ambientais.

Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais associados à contratação são controláveis e mitigáveis, sendo superados pelos benefícios ambientais decorrentes da adequada manutenção e proteção da fauna silvestre sob responsabilidade do Estado, desde que observadas as boas práticas de gestão e execução contratual.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do apresentado neste Estudo Preliminar, declara-se que a Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento contínuo de rações e gêneros alimentícios, incluindo rações específicas para diferentes espécies animais, frutas, verduras, legumes, suplementos e insumos alimentícios diversos, conforme necessidades nutricionais dos animais acolhidos no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Fortaleza/CE, é viável.

Os estudos técnicos preliminares evidenciaram que esta contratação é tecnicamente possível, portanto, declaramos ser viável a contratação pretendida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA CONCEICAO GAIO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 09:51:14.

CHRISTINA WIPPICH WHITEMAN

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 10:05:10.

MARINA LEMOS NOBRE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 14:52:10.

Despacho: APROVO, à vista de todo o detalhamento do objeto a ser contratado constante neste Estudo Técnico Preliminar.

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE ALENCAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/03/2026 às 15:06:37.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Av. Visconde do Rio Branco, 3900, - Bairro Fátima, Fortaleza/CE, CEP 60055-304
Telefone: - <http://www.ibama.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 02007.002912/2025-48

(Processo Administrativo nº 02007.002912/2025-48)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A) **INSTITUTO BRASILEIRO
DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO
ESTADO DO CEARÁ**

.....

O **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA**, por intermédio do(a) Superintendência Estadual do IBAMA no Ceará, com sede no(a) Avenida Visconde do Rio Branco, 3900, Fátima, na cidade de Fortaleza/CE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.659.166/0006-17**, neste ato representado(a) pelo(a) seu Superintendente **DEODATO JOSÉ RAMALHO JUNIOR**, nomeado(a) pela Portaria de Pessoal GM/MMA nº 780, de 19 de Julho de 2023, publicada no DOU de 20 de Julho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 335****, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 02007.002912/2025-48 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de rações e gêneros alimentícios em geral, de forma parcelada, dependendo da demanda, para nutrição dos animais do CETAS/CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1						
Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Ração para psitacídeos de grande porte (araras e papagaio) – ração extrusada. Características: milho integral moído, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, polpa cítrica, fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungistático, adsorvente de micotoxinas (silicatos), prebiótico (mananoligossacarídeos), l lisina, bht, corante natural e aditivo flavorizante.	366200	Pacote de 12 Kg	90 unidades		
2	Ração para psitacídeos de médio porte – ração extrusada (maricata e periquitos) características: milho integral moído, quirela de arroz, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, farelo de polpa cítrica fosfato bicácico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungistático (ácido propiônico), aditivo adsorvente (glucomanos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeos), corante natural de cúrcuma, aditivo flavorizante de frutas e antioxidante (bha).	366200	Pacote de 12 Kg	90 unidades		
3	Ração para pássaros, tipo galo campina – ração em grãos. Características: alpiste, arroz, farelo de castanha de caju, níger, milheto, painço, milho integral moído e farelo de soja.	218097	Saco de 10 Kg	100 unidades		

4	Ração pra pássaros (graúna) – ração em grãos. Características: arroz, óleo vegetal, farelo de castanha de caju, premix vitamínico mineral, farelo de bolacha, milho integral moído, grão de amendoim, farelo de soja e aveia.	218097	Saco de 10 Kg	50 unidades		
5	Ração para filhotes de cães – ração extrusada. Farinha de vísceras de frango, farelo de glúten de milho 60*, ovo desidratado, proteína isolada de suíno, milho integral moído*, quirera de arroz, polpa de beterraba, gordura de frango, óleo de peixe, gordura suína, ácido propiônico, antioxidantes BHA e BHT, cloreto de potássio, cloreto de sódio, hidrolisado de suíno e frango, levedura seca de cervejaria, mananoligossacarídeos (0,20%), parede celular de levedura, vitamina A, vitamina B12, vitamina C, vitamina D3, vitamina E, vitamina K3, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina, cloreto de colina, niacina, piridoxina, riboflavina, tiamina, cobre aminoácido quelato, ferro aminoácido quelato, iodeto de potássio, manganês aminoácido quelato, proteinato de selênio, sulfato de cobre, sulfato de ferro, sulfato de manganês, sulfato de zinco, zinco aminoácido quelato	454135	Embalagem De 20 Kg	100 unidades		

6	Ração para filhotes de gatos: espécie animal: gato filhote; dosagem máxima umidade: 10 perdosagem mínima proteína: 33 perdosagem mínima extrato etéreo: 9 per; dosagem máxima matéria mineral: 8,50 per; dosagem máxima cálcio: 1 per; dosagem mínima fósforo: 0,80 per; características adicionais: metionina > 0,60%, lisina >0,80% e taurina 0,10%	314546	Embalagem de 20 kg	15 unidades		
7	Ração balanceada para Equínos – (12% peletizada), Vitamina C / Ômega 3-DHA / Vitamina E Selênio Orgânico / Cromo Orgânico Prebiótico / Probiótico	481371	Saco de 25 Kg	3 unidades		
8	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Grande	253820	Saco de 40 Kg	125 unidades		
9	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Pequeno	253820	Saco de 40 Kg	125 unidades		
10	Alpiste	218097	Saco de 50 Kg	20 unidades		
11	Painço	218097	Saco de 50 Kg	20 unidades		

12	Suplementação vitamínico mineral aminoácido para alimentação animal Suplementação de aminoácidos, vitaminas, macros e microminerais para caninos, felinos, aves, répteis, mustelídeos e roedores, nutricional dos alimentos, auxiliar na suplementação nas fases críticas da criação (crescimento, desenvolvimento, gestação, lactação e geriatria). Preparo de animais para exposição e melhorador da performance de cães em treinamento. Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó	444906	Pacote de 500 g	24		
13	Farinhada para pássaros frugívoros e insetívoros: Farinha de arroz, farinha de trigo, farelo de soja, ovo desidratado, leveduras, proteína texturizada de soja, semente de níger, semente de papoula, semente de perila, óleo de soja refinado, suplemento vitamínico mineral, mel, probiótico, prebiótico, sacarose, concha de ostra em pó, sal, fosfato bicálcico, aditivo aromatizante, antioxidante.	218097	Embalagem de 600 g	70 unidades		

14	<p>Ração para Tucanos:</p> <p>Características de Milho integral moido *, arroz, farelo de soja *, farinha de víscera de frango, aveia integral, farelo de trigo, ovo desidratado, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de atum, banana verde , semente de linhaça, levedura seca de cerveja , polpa de beterraba, calcário calcítico, óleo de soja refinado *, óleo de girassol, mananoligossacarídeos , beta -glucanas, probióticos (Saccharomyces cerevisiae, Enterococcus faecium, Lactobacillus acidophilus), cloreto de sódio (sal comum), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, DL-metioni- na, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio , biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganê s, manganê s aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), levedura enriquecida de selênio, beta - caroteno, luteína, corante de páprica, DL metionina , aditivo flavorizante, aditivo palatabilizante, aditivo antioxidante (BHA).</p>	366198	Pacote de 12 Kg	10 unidades		
----	--	--------	-----------------	-------------	--	--

15	<p>Papas para filhote de psitacideos: Características: Arroz, grão de aveia, proteína de soja micronizada*, ovo desidratado, soja integral micronizada*, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), plasma sanguíneo, dextrose, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de soja refinado*, óleo de salmão, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, farinha de alga (Schizochytrium sp), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, aditivo antioxidante, DL-metionina, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio, biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, dióxido de silício, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganês, manganês aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, betaglucanas, aditivo enzimático (lipase, amilase, protease), cloreto de sódio (sal comum), probióticos, aditivo fungistático, parede celular de leveduras, ferro quelatado, levedura enriquecida de selênio, DL-metionina, L-glutamina, luteína, betacaroteno, aditivo flavorizante, aditivo antioxidante natural à base de extrato de alecrim.</p>	366200	Embalagem de 06 kg	48 unidades		
----	---	--------	--------------------	-------------	--	--

16	Ração para Curió: Milho integral, trigo integral, aveia integral, arroz, soja integral micronizada, ovo integral desidratado, linhaça integral, alpiste, painço alemão, painço comum, senha, painço vermelho, painço verde, painço preto, arroz cateto, cártamo, perila, sorgo branco, gergelim, erva doce, polpa de beterraba, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de girassol, mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, extrato de yucca, cloreto de colina, carbonato de cálcio, cloreto de sódio, vitamina A, betacaroteno, vitamina D3, vitamina E, vitamina K, vitamina C, biotina, ácido fólico, niacina, ácido pantotênico, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, vitamina B12, selênio, cobre, iodo, manganês, zinco, antioxidantes (BHA e BHT), aditivo probiótico, aromatizante e corante alimentícios.	366200	Embalagem de 05 Kg	85 unidades		
17	Papa revitalizante para filhotes: Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: raçãoanimal, aspecto físico: pó	366200	Embalagem de 400g	40 unidades		
18	Papa para filhotes de pássaros: Suplemento alimentar tipo: aditivo nutricional. Ingredientes: higroscopio, ndt e proteína bruta: ração animal, aspecto físico: pó	366201	Embalagem de 400 g	40 unidades		
19	Ração para tamandua	366188	Embalagem (15 Kg)	03 unidades		

20	Ração para Primatas: Ingredientes: Milho Integral Moído, Farelo De Trigo, Farelo De Espécie Animal: Primata Folívoro Dosagem Máxima Umidade: 12 PER Dosagem Mínima Proteína: 15 PER Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 5 PER Dosagem Máxima Matéria Mineral: 13 PER Dosagem Máxima Cálcio: 1,60 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,80 PER Características Adicionais: Laudo Bromatológico Tipo: Extrusada Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 15 PER Ingredientes Adicionais: Aveia Branca, Lignocelulose, Cloreto De Sódio,	366192	Embalagem 12 Kg	04 unidades		
21	RAÇÃO INICIAL PINTOS CRESCIMENTO: Componentes: Milho Moído, Farelo: Soja, Trigo, Farinha: Peixe, Dosagem Mínima Proteína Bruta: 22 PER Dosagem Máxima Cálcio: 6,00 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,45 PER Características Adicionais: Matéria Fibrosa Máxima 6,00 %	279822	Embalagem 5 kg	24 unidades		

22	Ração Ratos Roedores e Camundongos Dosagem Máxima Umidade: 125,000 PER Apresentação: Peletizada/Irradiada Componentes Vitamínicos: Vitamina, E,B2,A,D6 Aplicação: Camundongo - Crescimento/Reprodução Animal Características Adicionais: Proteína 200,000 G/Kg, Extrato Etéreo 50,000 G/Kg	311337	Embalagem 25 kg	08 unidades		
23	Feno: Composição: Feno De Capin Tifton Características Adicionais: Mínimo 14% De Proteína Bruta E 55% De Umidade Aplicação: Alimentação Animal	467060	Fardo 10 kg	100 unidades		
24	Leite Em Pó Origem: De Cabra Teor Gordura: Integral Solubilidade: Instantâneo	464893	200gr	80 unidades		
25	Suplemento Nutricional: Complemento Adicional: Suplemento; Adicional: embalagem individual. Tipo ração úmida (tenébrios desidratados para alimentação de aves exóticas e insetívoros restritos).	361250	Embalagem de 15g	120 unidades		
26	Alimento úmido (patê preparado para gato com pedaços)	454120	Embalagem de 85g	50 unidades		
27	Néctar para beija-flor	218097	Embalagem de 150g	12 unidades		
28	Ração úmida para cães e gatos Indicado para cães e gatos em recuperação ou convalescência	454120	Embalagem de 195g	20 unidades		

...						
-----	--	--	--	--	--	--

GRUPO 2						
Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	ABACAXI PÉROLA	464374	Unidade	1.400		
30	BANANA PRATA	464381	Kg	6.916		
31	CENOURA	463770	Kg	800		
32	COCO - SECO	635148	Unidade	2.500		
33	COUVE MANTEIGA	481109	Maço de 200g	900		
34	GOIABA	464392	Kg	1.500		
35	LARANJA PERA	464393	Kg	1.200		
36	MAÇÃ GALA	464400	Kg	2.000		
37	MAMÃO FORMOSA	464405	Kg	6.500		
38	MELANCIA	464418	Kg	3.000		
39	MELÃO JAPONÊS	464421	Kg	4.000		
40	MILHO VERDE ESPIGA	463797	Unidade	9.000		
41	OVO BRANCO GRANDE	446618	Unidade	5.000		
42	PEPINO	463796	Kg	1.000		
43	REPOLHO BRANCO	463839	Kg	60		
44	MEL DE ABELHA	413364	Litro	20		
45	PIMENTA MALAGUETA	463922	Kg	50		
46	ESPINAFRE	463824	Maços de 200 g	900		
47	AMENDOIM NATURA	464535	Kg	300		
48	IOGURTE NATURAL INTEGRAL	446707	Litros	300		
49	CARNE VERMELHA S/OSSO	447497	Kg	400		
50	PEIXE IN NATURA (SARDINHA, PIABA OU TILÁPIA, EVISCERADA, COM CABEÇA)	460857	Kg	200		
51	JILÓ	463790	Kg	250		
52	BETERRABA	463767	Kg	200		
53	VAGEM	481123	kg	100		

54	ABÓBORA CABOTIÁ/JAPONESA	467424	kg	200		
55	MANGA TOMMY	464406	kg	250		
56	Siriguela	464433	kg	10		
57	Coco babaçu	464390	kg	20		
58	Caja	464341	kg	20		
59	Pequi	464353	kg	40		
60	Mexilhão (Sururu)	454347	kg	10		
61	Buriti Apresentação: Natural	474203	kg	20		
62	Abacate	464372	kg	20		
63	Murici	464353	kg	15		
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos

e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/unidade: [...];
 - II - Fonte de recursos: [...];
 - III - Programa de trabalho: [...];
 - IV - Elemento de despesa: [...]; e
 - V - Plano interno: [...]; e
 - VI - Nota de empenho: [...];
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na

Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Fortaleza, Seção Judiciária do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato vai assinado eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas

Fortaleza/CE, na data da assinatura digital

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



Documento assinado eletronicamente por **WALTER DOS SANTOS CARVALHO**, Técnico Administrativo, em 02/03/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **26414880** e o código CRC **28D4378E**.

Referência: Processo nº 02007.002912/2025-48

SEI nº 26414880



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Av. Visconde do Rio Branco, 3900, - Bairro Fátima, Fortaleza/CE, CEP 60055-304
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.ibama.gov.br>

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26414863/2026

Processo nº 02007.002912/2025-48

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com sede no(a) Av. Visconde do Rio Branco, 3900 - Bairro Joaquim Távora, na cidade de Fortaleza/CE, CEP 60055-172, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.659.166/0006-17, neste ato representado(a) pelo(a) Superintendente, Senhor(a) DEODATO JOSÉ RAMALHO JUNIOR, nomeado(a) pela Portaria de Pessoal GM/MMA nº 780, de 19 de Julho de 2023, publicada no DOU de 20 de Julho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 335****, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 02007.002912/2025-48, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de rações e gêneros alimentícios em geral, de forma parcelada, dependendo da demanda, para nutrição dos animais do CETAS/CE, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 1 - RAÇÕES						
Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Ração para psitacídeos de grande porte (araras e papagaio) – ração extrusada. Características: milho integral moído, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, polpa cítrica, fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungioestático, adsorvente de micotoxinas (silicatos), prebiótico (mananoligossacarídeos), l lisina, bht, corante natural e aditivo flavorizante.	366200	Pacote de 12 Kg	90 unidades		
2	Ração para psitacídeos de médio porte – ração extrusada (maricata e periquitos) características: milho integral moído, quirela de arroz, germe de trigo, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de girassol, ovo desidratado, farelo de polpa cítrica fosfato bicálcico, calcário calcítico, açúcar, óleo de soja refinado, premix mineral vitamínico, cloreto de sódio (sal comum), dl metionina, aditivo fungioestático (ácido propiônico), aditivo adsorvente (glucomanos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeos), corante natural de cúrcuma, aditivo flavorizante de frutas e antioxidante (bha).	366200	Pacote de 12 Kg	90 unidades		
3	Ração para pássaros, tipo galo campina – ração em grãos. Características: alpiste, arroz, farelo de castanha de caju, níger, milho, painço, milho integral moído e farelo de soja.	218097	Saco de 10 Kg	100 unidades		

4	Ração pra pássaros (graúna) – ração em grãos. Características: arroz, óleo vegetal, farelo de castanha de caju, premix vitamínico mineral, farelo de bolacha, milho integral moído, grão de amendoim, farelo de soja e aveia.	218097	Saco de 10 Kg	50 unidades		
5	Ração para filhotes de cães – ração extrusada. Farinha de vísceras de frango, farelo de glúten de milho 60*, ovo desidratado, proteína isolada de suíno, milho integral moído*, quirera de arroz, polpa de beterraba, gordura de frango, óleo de peixe, gordura suína, ácido propiônico, antioxidantes BHA e BHT, cloreto de potássio, cloreto de sódio, hidrolisado de suíno e frango, levedura seca de cervejaria, mananoligossacarídeos (0,20%), parede celular de levedura, vitamina A, vitamina B12, vitamina C, vitamina D3, vitamina E, vitamina K3, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina, cloreto de colina, niacina, piridoxina, riboflavina, tiamina, cobre aminoácido quelato, ferro aminoácido quelato, iodeto de potássio, manganês aminoácido quelato, proteinato de selênio, sulfato de cobre, sulfato de ferro, sulfato de manganês, sulfato de zinco, zinco aminoácido quelato	454135	Embalagem De 20 Kg	100 unidades		

6	Ração para filhotes de gatos: espécie animal: gato filhote; dosagem máxima umidade: 10 perdosagem mínima proteína: 33 perdosagem mínima extrato etéreo: 9 per; dosagem máxima matéria mineral: 8,50 per; dosagem máxima cálcio: 1 per; dosagem mínima fósforo: 0,80 per; características adicionais: metionina > 0,60%, lisina >0,80% e taurina 0,10%	314546	Embalagem de 20 kg	15 unidades		
7	Ração balanceada para Equínos – (12% peletizada), Vitamina C / Ômega 3-DHA / Vitamina E Selênio Orgânico / Cromo Orgânico Prebiótico / Probiótico	481371	Saco de 25 Kg	3 unidades		
8	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Grande	253820	Saco de 40 Kg	125 unidades		
9	Semente Girassol – Sementes de Tamanho Pequeno	253820	Saco de 40 Kg	125 unidades		
10	Alpiste	218097	Saco de 50 Kg	20 unidades		
11	Painço	218097	Saco de 50 Kg	20 unidades		

12	Suplementação vitamínico mineral aminoácido para alimentação animal Suplementação de aminoácidos, vitaminas, macros e microminerais para caninos, felinos, aves, répteis, mustelídeos e roedores, nutricional dos alimentos, auxiliar na suplementação nas fases críticas da criação (crescimento, desenvolvimento, gestação, lactação e geriatria). Preparo de animais para exposição e melhorador da performance de cães em treinamento. Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó	444906	Pacote de 500 g	24 unidades		
13	Farinhada para pássaros frugívoros e insetívoros: Farinha de arroz, farinha de trigo, farelo de soja, ovo desidratado, leveduras, proteína texturizada de soja, semente de níger, semente de papoula, semente de perila, óleo de soja refinado, suplemento vitamínico mineral, mel, probiótico, prebiótico, sacarose, concha de ostra em pó, sal, fosfato bicálcico, aditivo aromatizante, antioxidante.	218097	Embalagem de 600 g	70 unidades		

14	Ração para Tucanos: Características de Milho integral moído *, arroz, farelo de soja *, farinha de víscera de frango, aveia integral, farelo de trigo, ovo desidratado, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de atum, banana verde , semente de linhaça, levedura seca de cerveja , polpa de beterraba, calcário calcítico, óleo de soja refinado *, óleo de girassol, mananoligossacarídeos , beta -glucanas, probióticos (Saccharomyces cerevisiae, Enterococcus faecium, Lactobacillus acidophilus), cloreto de sódio (sal comum), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, DL-metioni- na, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio , biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganê s, manganê s aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), levedura enriquecida de selênio, beta - caroteno, luteína, corante de páprica, DL metionina , aditivo flavorizante, aditivo palatilizante, aditivo antioxidante (BHA).	366198	Pacote de 12 Kg	10 unidades		
----	---	--------	-----------------	-------------	--	--

15	Papas para filhote de psitacideos: Características: Arroz, grão de aveia, proteína de soja micronizada*, ovo desidratado, soja integral micronizada*, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), plasma sanguíneo, dextrose, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de soja refinado*, óleo de salmão, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, farinha de alga (Schizochytrium sp), premix vitamínico mineral aminoácido (aditivos adsorventes de toxinas, extrato de cardo-mariano, aditivo antioxidante, DL-metionina, vitamina A, vitamina D3, vitamina B1, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B12, vitamina C, vitamina E, vitamina K3, niacina, cloreto de colina, ácido fólico, pantotenato de cálcio, biotina, inositol, zinco aminoácido quelato, dióxido de silício, sulfato de cobre, cobre aminoácido quelato, iodato de cálcio, monóxido de manganês, manganês aminoácido quelato, sulfato de zinco, sulfato de cobalto), mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, betaglucanas, aditivo enzimático (lipase, amilase, protease), cloreto de sódio (sal comum), probióticos, aditivo fungistático, parede celular de leveduras, ferro quelatado, levedura enriquecida de selênio, DL-metionina, L-glutamina, luteína, betacaroteno, aditivo flavorizante, aditivo antioxidante natural à base de extrato de alecrim.	366200	Embalagem de 06 kg	48 unidades		
----	--	--------	--------------------	-------------	--	--

16	Ração para Curió: Milho integral, trigo integral, aveia integral, arroz, soja integral micronizada, ovo integral desidratado, linhaça integral, alpiste, painço alemão, painço comum, senha, painço vermelho, painço verde, painço preto, arroz cateto, cártamo, perila, sorgo branco, gergelim, erva doce, polpa de beterraba, levedura seca de cerveja, óleo de coco, óleo de girassol, mananoligossacarídeos, frutoligossacarídeos, extrato de yucca, cloreto de colina, carbonato de cálcio, cloreto de sódio, vitamina A, betacaroteno, vitamina D3, vitamina E, vitamina K, vitamina C, biotina, ácido fólico, niacina, ácido pantotênico, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, vitamina B12, selênio, cobre, iodo, manganês, zinco, antioxidantes (BHA e BHT), aditivo probiótico, aromatizante e corante alimentícios.	366200	Embalagem de 05 Kg	85 unidades		
17	Papa revitalizante para filhotes: Suplemento alimentar animal, tipo: aditivo nutricional, ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta, aplicação: ração animal, aspecto físico: pó	366200	Embalagem de 400g	40 unidades		
18	Papa para filhotes de pássaros: Suplemento alimentar tipo: aditivo nutricional. Ingredientes: higroscópio, ndt e proteína bruta: ração animal, aspecto físico: pó	366201	Embalagem de 400 g	40 unidades		
19	Ração para tamandua	366188	Embalagem (15 Kg)	03 unidades		

20	Ração para Primatas: Ingredientes: Milho Integral Moído, Farelo De Trigo, Farelo De Espécie Animal: Primata Folívoro Dosagem Máxima Umidade: 12 PER Dosagem Mínima Proteína: 15 PER Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 5 PER Dosagem Máxima Matéria Mineral: 13 PER Dosagem Máxima Cálcio: 1,60 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,80 PER Características Adicionais: Laudo Bromatológico Tipo: Extrusada Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 15 PER Ingredientes Adicionais: Aveia Branca, Lignocelulose, Cloreto De Sódio,	366192	Embalagem 12 Kg	04 unidades		
21	RAÇÃO INICIAL PINTOS CRESCIMENTO: Componentes: Milho Moído, Farelo: Soja, Trigo, Farinha: Peixe, Dosagem Mínima Proteína Bruta: 22 PER Dosagem Máxima Cálcio: 6,00 PER Dosagem Mínima Fósforo: 0,45 PER Características Adicionais: Matéria Fibrosa Máxima 6,00 %	279822	Embalagem 5 kg	24 unidades		

22	Ração Ratos Roedores e Camundongos Dosagem Máxima Umidade: 125,000 PER Apresentação: Peletizada/Irradiada Componentes Vitamínicos: Vitamina, E,B2,A,D6 Aplicação: Camundongo - Crescimento/Reprodução Animal Características Adicionais: Proteína 200,000 G/Kg, Extrato Etéreo 50,000 G/Kg	311337	Embalagem 25 kg	08 unidades		
23	Feno: Composição: Feno De Capin Tifton Características Adicionais: Mínimo 14% De Proteína Bruta E 55% De Umidade Aplicação: Alimentação Animal	467060	Fardo 10 kg	100 unidades		
24	Leite Em Pó Origem: De Cabra Teor Gordura: Integral Solubilidade: Instantâneo	464893	200gr	80 unidades		
25	Suplemento Nutricional: Complemento Adicional: Suplemento; Adicional: embalagem individual. Tipo ração úmida (tenébrios desidratados para alimentação de aves exóticas e insetívoros restritos).	361250	Embalagem de 15g	120 unidades		
26	Alimento úmido (patê preparado para gato com pedaços)	454120	Embalagem de 85g	50 unidades		
27	Néctar para beija-flor	218097	Embalagem de 150g	12 unidades		
28	Ração úmida para cães e gatos Indicado para cães e gatos em recuperação ou convalescência	454120	Embalagem de 195g	20 unidades		

...						
-----	--	--	--	--	--	--

GRUPO 2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS						
Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	ABACAXI PÉROLA	464374	Unidade	1.400		
30	BANANA PRATA	464381	Kg	6.916		
31	CENOURA	463770	Kg	800		
32	COCO - SECO	635148	Unidade	2.500		
33	COUVE MANTEIGA	481109	Maço de 200g	900		
34	GOIABA	464392	Kg	1.500		
35	LARANJA PERA	464393	Kg	1.200		
36	MAÇÃ GALA	464400	Kg	2.000		
37	MAMÃO FORMOSA	464405	Kg	6.500		
38	MELANCIA	464418	Kg	3.000		
39	MELÃO JAPONÊS	464421	Kg	4.000		
40	MILHO VERDE ESPIGA	463797	Unidade	9.000		
41	OVO BRANCO GRANDE	446618	Unidade	5.000		
42	PEPINO	463796	Kg	1.000		
43	REPOLHO BRANCO	463839	Kg	60		
44	MEL DE ABELHA	413364	Litro	20		
45	PIMENTA MALAGUETA	463922	Kg	50		
46	ESPINAFRE	463824	Maços de 200 g	900		
47	AMENDOIM NATURA	464535	Kg	300		
48	IOGURTE NATURAL INTEGRAL	446707	Litros	300		
49	CARNE VERMELHA S/OSSO	447497	Kg	400		
50	PEIXE IN NATURA (SARDINHA, PIABA OU TILÁPIA, EVISCERADA, COM CABEÇA)	460857	Kg	200		
51	JILÓ	463790	Kg	250		
52	BETERRABA	463767	Kg	200		
53	VAGEM	481123	kg	100		

54	ABÓBORA CABOTIÁ/JAPONESA	467424	kg	200		
55	MANGA TOMMY	464406	kg	250		
56	Siriguela	464433	kg	10		
57	Coco babaçu	464390	kg	20		
58	Caja	464341	kg	20		
59	Pequi	464353	kg	40		
60	Mexilhão (Sururu)	454347	kg	10		
61	Buriti Apresentação: Natural	474203	kg	20		
62	Abacate	464372	kg	20		
63	Murici	464353	kg	15		
...						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/CE.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.0.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.0.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize

o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME DA EMPRESA

NOME DO(A) REPRESENTANTE DA EMPRESA

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
------------	---

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **WALTER DOS SANTOS CARVALHO**, Técnico Administrativo, em 02/03/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **26414863** e o código CRC **117968EE**.

Referência: Processo nº 02007.002912/2025-48

SEI nº 26414863